

DISCIPLINA: <b>Direito Administrativo III</b>	CH – total: 36h
SEMESTRE DE ESTUDO: 6º Semestre	
TURNO: Matutino / Noturno	CÓDIGO: DIR170

#### 1. EMENTA:

Publicização e intervenção do Estado na propriedade privada. Função social e as modalidades de intervenção. A responsabilidade pública e a ação estatal. A atividade de controle da função administrativa. Bens públicos.

#### 2. OBJETIVO GERAL

Possibilitar o conhecimento e a compreensão crítico-reflexiva dos institutos fundamentais do Direito Administrativo.

#### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreensão da postura constitucional e legal dos principais institutos do Direito Administrativo diante das demandas e tarefas impostas ao Estado.

Compreensão das condições e possibilidades do Direito Administrativo para viabilizar a ação estatal fundada nas finalidades assinaladas ao Estado pela formulação e implementação de políticas públicas.

#### 4. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

##### 1. RESPONSABILIDADE PÚBLICA

- 1.1. A questão da natureza da responsabilidade dos atos e omissões do Poder Público.
- 1.2. Da denominação ao regime jurídico.
  - 1.2.1. Responsabilidade civil.
  - 1.2.2. Responsabilidade extracontratual.
  - 1.2.3. Responsabilidade estatal.
  - 1.2.4. Responsabilidade pública.
- 1.3. Evolução.
  - 1.3.1. Irresponsabilidade.
  - 1.3.2. A teoria dos atos de gestão e atos de império.
  - 1.3.3. Responsabilidade do servidor. Caráter subsidiário.
  - 1.3.4. Responsabilidade civil.
  - 1.3.5. Responsabilidade pública. O caso Agnès Blanco e o surgimento do regime jurídico administrativo.
- 1.4. Fundamentação constitucional.

1.5. Natureza da responsabilidade pública.

1.5.1. Em decorrência da ação estatal.

1.5.2. Em decorrência da omissão estatal.

1.5.3. A "faute du service".

1.5.3.1. A noção de culpa do serviço.

1.5.3.2. A inexigibilidade e a razoabilidade da ação estatal.

1.6. A responsabilidade pública nas funções estatais.

1.6.1. Responsabilidade pública por atos legislativos.

1.6.2. Responsabilidade pública por atos jurisdicionais.

1.6.3. Responsabilidade pública por atos administrativos.

1.6.4. Responsabilidade pública pela ação estatal.

1.6.4.1. Implementação e omissão de políticas públicas.

1.6.4.2. Prestação de serviços públicos

1.7. O agente responsável pelo dano.

2.8. A Reparação do dano.

**2. BENS PÚBLICOS**

2.1. Conceituação.

2.2. Características

2.3. Formas de uso.

**3. PUBLICIZAÇÃO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.**

3.1. A publicização da propriedade privada.

3.2. Fundamentação constitucional.

3.3. A intervenção do Estado na propriedade privada como forma de intervenção do Estado na ordem econômica.

3.4. A função social da propriedade privada.

3.4.1. Caracterização da função social e distinções.

3.4.2. Mecanismos de implementação da função social.

3.4.3. Responsabilidade do Estado na implementação da função social da propriedade.

3.4.4. A questão das políticas públicas de reforma agrária.

3.5. Modalidades de intervenção do Estado sobre a propriedade privada.

3.5.1. Limitações administrativas.

3.5.2. Servidões administrativas.

3.5.3. Requisições e ocupações.

3.5.4. Tombamento.

3.5.5. Desapropriação. Espécies.

**4. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

4.1. A atividade de controle da função administrativa.

- 4.1.1. Fundamentação constitucional.
- 4.1.2. O controle interno e a autotutela.
- 4.1.3. O controle interno e a ação da preventiva e repressiva da Advocacia Pública.
- 4.1.4. O controle interno das políticas públicas.
- 4.1.5. O controle externo da função administrativa.
  - 4.1.5.1. Do controle legislativo: do Poder Legislativo e o Tribunal de Contas – controle financeiro
  - 4.1.5.2. Do controle jurisdicional
  - 4.1.5.3. Controle da ação estatal e das políticas públicas.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas, seminários, debates, leituras orientadas, pesquisas e visitas técnicas.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, marcador para quadro branco, retroprojetor, datashow, computador e televisão.

## 7. AVALIAÇÃO

Serão efetuadas 2 (duas) avaliações. Sendo duas provas escritas, podendo envolver questões dissertativas e questões de múltipla escolha.

## 8. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas.

JUSTEN FILHO. Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: RT.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.

## 9. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.

ARAUJO, Edmir Netto de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Administrativo**. Salvador: JusPODIVM.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.

PEREIRA, Jessé Torres. **Controle Judicial da Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum.

## 9. BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

AGUILAR, Fernando Herren. *Controle Social de Serviços Públicos*. São Paulo, Max Limonad.

ALCOZ, Luis Medina, *La Responsabilidad Patrimonial por Acto Administrativo*. Madri: Thomson-Civitas.

ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

ARAGÃO, Alexandre Santos de (coord.). *O Poder Normativo das Agências Reguladoras*. Rio de Janeiro: Forense.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios*. São Paulo: Malheiros.

BINENBOJM, Gustavo. *Uma Teoria do Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 7ª ed. Malheiros: São Paulo.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva.

BÜHRING, Márcia Andrade. *Responsabilidade Extracontratual do Estado*. São Paulo: Thomson-IOB.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart. *Discrecionalidade Administrativa no Estado Constitucional de Direito*. Curitiba: Juruá.

CAETANO, Marcelo. *Manual de Direito Administrativo*. 4. ed. Coimbra: Almedina.

CAHALI, Yussef Said. *Responsabilidade Civil do Estado*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros.

CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 5ª ed., Coimbra: Almedina.

\_\_\_\_\_. *Estado de direito*. Lisboa: Fundação Mário Soares.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CORREIA, José Manuel Sérvulo. *Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos*. Coimbra: Almedina.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *A Fazenda Pública em Juízo*. 4. ed. São Paulo: Dialética.

DALLARI, Adilson Abreu. *Aspectos Jurídicos da Licitação*. 6. ed. São Paulo: Saraiva.

DUGUIT, Leon. *Las Transformaciones del Derecho Público y Privado*. Buenos Aires: Heliasta, s/d.

ENGLISH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. 6ª ed., Lisboa: Calouste Gulbenkian.

ENTERRÍA, Eduardo García de, et FERNANDEZ, Tomás-Ramón, Curso de Derecho Administrativo. Vol. I, 10ª ed., Madri: Civitas.

\_\_\_\_\_. Curso de Derecho Administrativo. Vol. II, 9ª ed., Madri: Thomson-Civitas.

ESTORNINHO, João Maria. A Fuga para o Direito Privado. Coimbra: Almedina.

\_\_\_\_\_. Contratos da Administração Pública. Coimbra: Almedina.

\_\_\_\_\_. Réquiem pelo Contrato Administrativo. Coimbra: Almedina.

FALLA, Fernando Garrido. Tratado de Derecho Administrativo. Vol. I, 13ª ed., Madri: Tecnos.

\_\_\_\_\_. Tratado de Derecho Administrativo. Vol. II, 11ª ed., Madri: Tecnos.

FAGUNDES, Miguel Seabra. Conceito de Mérito no Direito Administrativo. In Revista de Direito Administrativo – Seleção Histórica. Rio de Janeiro: Renovar, s/d.

\_\_\_\_\_. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense.

FERNANDEZ, Tomás-Ramón. De la Arbitrariedad de la Administración. 2ª ed. Madri: Civitas.

FREITAS, Juarez. O Controle dos Atos Administrativos. 3. ed., São Paulo: Malheiros.

FRIER, Pierre-Laurent, Précis de Droit Administratif. 2ª ed., Paris: Montchrestien.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Fórum.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 7. ed., São Paulo: Saraiva.

GORDILLO, Agustín. Tratado de Derecho Administrativo. T. I, 7ª ed., Belo Horizonte: Del Rey.

\_\_\_\_\_. Tratado de Derecho Administrativo. T. II, 5ª ed., Belo Horizonte: Del Rey.

\_\_\_\_\_. Tratado de Derecho Administrativo. T. III, 6ª ed., Belo Horizonte: Del Rey.

\_\_\_\_\_. Tratado de Derecho Administrativo. T. IV, 6ª ed., Belo Horizonte: Del Rey.

GRAU, Eros Roberto, O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 3ª ed. São Paulo: Malheiros.

Grotti, Dinorá Adelaide Musetti. O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988. São Paulo: Malheiros.

GUETTIER, Christophe. La responsabilité administrative. Paris: LGDJ.

HESSE, Konrad. Elementos de direito constitucional da República Federal da Alemanha. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor.

HOLMES, Stephen et SUNSTEIN, Cass R. The Cost of Rights. Why Liberty Depends on Taxes. Nova Iorque-Londres: Norton.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.

\_\_\_\_\_. Teoria Geral das Concessões de Serviço Público. São Paulo: Dialética.

\_\_\_\_\_. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11. ed. São

Paulo: Dialética.

LEAL, Rogério Gesta. Estado, Administração Pública e Sociedade. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

LOUREIRO FILHO, Lair da Silva. Evolução e Fundamentos da Responsabilidade Pública no Direito Brasileiro. Revista Trimestral de Direito Público, nº 36/2001.

MARQUES NETO. Floriano Peixoto de Azevedo. Regulação Estatal e Interesses Públicos. São Paulo: Malheiros.

MAURER, Hartmut. Elementos de Direito Administrativo Alemão. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris.

\_\_\_\_\_. Direito Administrativo Geral. São Paulo: Manole.

MEDAUAR, Odete. O Direito Administrativo em Evolução. São Paulo: Revista dos Tribunais.

\_\_\_\_\_. Processualidade no Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

\_\_\_\_\_. Direito Administrativo Moderno. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Regime constitucional dos servidores da administração direta e indireta. São Paulo: Revista dos Tribunais.

\_\_\_\_\_. Discricionariedade e controle Jurisdicional. 2. ed., São Paulo: Malheiros.

\_\_\_\_\_. Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. 4. ed., São Paulo: Malheiros.

MONCADA, Luís Cabral de. Lei e Regulamento. Coimbra: Coimbra.

MORAES, Germana de Oliveira. Controle Jurisdicional da Administração Pública. São Paulo: Dialética.

MOREIRA NETO. Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense.

\_\_\_\_\_. Direito Regulatório. Rio de Janeiro: Renovar.

\_\_\_\_\_. Legitimidade e Discricionariedade. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense.

\_\_\_\_\_. Mutações do Direito Administrativo. 3. ed., Rio de Janeiro: Renovar.

\_\_\_\_\_. Mutações do Direito Público. Rio de Janeiro: Renovar.

MORÓN, Miguel Sánchez. Discricionariedad administrativa y control judicial. Madrid: Tecnos.

MÜLLER, Friedrich. Métodos de Trabalho do Direito Constitucional. 2ª ed., São Paulo: Max Limonad.

OLIVEIRA, Fábio Corrêa de. Por uma Teoria dos Princípios – O Princípio Constitucional da Razoabilidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

OTERO, Paulo. Legalidade e Administração Pública. Coimbra: Almedina.

PAILLET, Michel. La responsabilité administrative. Paris: Dalloz.

PEREIRA JÚNIOR. Jesse Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 6. ed., São Paulo: Renovar.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Discricionariedade Administrativa na Constituição

de 1988. São Paulo: Atlas.

\_\_\_\_\_. RAMOS, Dora Maria de Oliveira, et alli. Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 5. ed. São Paulo: Malheiros.

\_\_\_\_\_. (coord.). Direito Regulatório. Belo Horizonte: Fórum.

\_\_\_\_\_. Parcerias na Administração Pública. 5. ed. São Paulo: Atlas.

PINHEIRO, Renata Peixoto. Desapropriação para fins urbanístico em favor de particular. São Paulo : Forum.

POUYAUD, Dominique. La responsabilité administrative. Documents d'études n° 2. Paris: Documentation Française.

PUIGPELAT, Oriol Mir. La Responsabilidad Patrimonial de La Administración – Hacia un nuevo Sistema. Madri: Civitas.

RIVERO, Jean. Direito Administrativo. Coimbra: Almedina.

SARMENTO, Daniel (Org.). Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio da Supremacia do Interesse Público. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

SCATERZZINI, Ana Maria Goffi Flaquer. O Princípio da Continuidade do Serviço Público. São Paulo: Malheiros.

SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros.

SOUSA. António Francisco de. Conceitos Indeterminados no Direito Administrativo. Coimbra: Almedina.

SOUTO. Marcos Juruena Villela. Direito Administrativo Contratual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

\_\_\_\_\_. Direito Administrativo Regulatório. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

\_\_\_\_\_. (coord.). Direito Administrativo Empresarial. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e Hermenêutica – Uma Nova Crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.